

### Ata n.º 8

### Sessão Ordinária

no Salâ	simo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, so Polivalente sito na Avenida Dr. Leão de Oliveira, em Belas, reuniu a Assembleia de Freguesia de e Belas, em Sessão Ordinária convocada pela sua Presidente, Ana Brinco, com a seguinte Ordem do
	Apreciar e votar as atas das reuniões anteriores;
	Apreciar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 9º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia e respetiva Informação Financeira referente ao 3º Trimestre de 2018;
3.	Nomeação pela Assembleia de Freguesia, ao abrigo do n.º 1 do art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do auditor externo responsável pela certificação legal de contas da União das freguesias de Queluz e Belas para o triénio 2018,2019 e 2020;
4.	Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para os anos económicos de 2019, 2020 e 2021, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
5.	Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião
Estivera	im presentes os elementos da Assembleia de Freguesia constantes da respetiva lista de presenças,
que se a	anexa
período	da a existência de quórum, a Presidente da Mesa da Assembleia abriu a sessão, começando pelo destinado ao público, no qual se inscreveram os seguintes cidadãos: Ana Paula, Luís Simões e Mário
A Sra. C	D. Ana Paula começou por informar que é delegada sindical do STMO, o qual solicitou em abril do e ano uma reunião com a Junta de Freguesia, não tendo obtido resposta até à presente data, e referiu tariam de uma resposta o quanto antes
O Sr. Luí altura p que não devendo por "Ro das obra respons	is Simões apresentou duas questões: 1 – a Quinta da Espanhola está virada do avesso, sendo uma boa ara os presentes levaram por diante uma obra que era para já ter sido realizada há muito tempo e o foi. Uma senhora criou um jardim que está a ocupar muito espaço. O terreno ocupado é público, o ser retirado o que lá está; 2 – foi praticado um ato de vandalismo em Belas, na rotunda designada tunda dos Bombeiros". Esta semana substituíram a água que lá se encontrava e colocaram entulho as no lago, por cima do entulho foram colocadas pedras brancas. Sugeriu que fosse chamado à abilidade quem fez tal trabalho e que pagasse a limpeza do mesmo, devendo ficar como se ava inicialmente.
O Sr. Má Belas-Pe	irio Portal apresentou dois assuntos: 1 – referiu ter muito orgulho no trabalho realizado na estrada de endão; 2 – relativamente à rotunda dos bombeiros, segundo o mesmo, o motivo para tal mudança foi ente avaria das bombas, o que não serve de desculpa, devendo a mesma voltar a ser como era

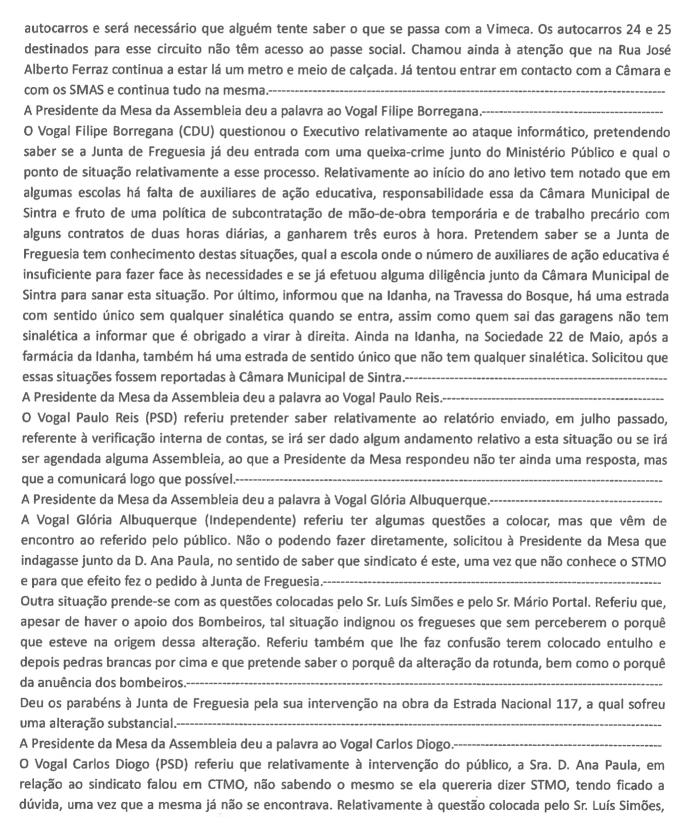


A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra a Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas
A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas começou por referir que relativamente à situação
colocada pela Sra. D. Ana Paula, irão verificar a situação. Relativamente à questão da Rotunda do Bombeiro
apresentada pelo Sr. Luís Simões e Sr. Mário Portal, informou que o que ali foi realizado foi com o apoio dos
bombeiros, uma vez que nada seria efetuado sem a anuência dos mesmos. O que foi pensado dar aquele
local, que como todos sabem, estava cheio de água e com muito lixo à mistura, havendo bastantes
reclamações nesse sentido
A Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição:
O Vogal João Paulo Silva foi substituído pelo Vogal Manuel Frederico
A Vogal Telma Leitão foi substituída pelo Vogal Jorge Ferreira
O Vogal António Oliveira foi substituído pela Vogal Célia Afonso
O Vogal António Brás foi substituído pela Vogal Odete Monteiro
O Vogal Pedro Pereira foi substituído pela Vogal Soraia Almeida
Relativamente à Correspondência, a Presidente da Mesa da Assembleia informou terem dado entrada alguns
e-mails da Cooperativa "O Nosso Lar", a dar conhecimento de alguns assuntos resolvidos com a Junta de
Freguesia. Deu também entrada um pedido da bancada da CDU para ser marcada uma Assembleia
Extraordinária para ser discutida a transferência de competências. Informou que a Mesa decidiu não marcar
a Assembleia mediante o parecer da Direção Geral das Autarquias Locais e do ofício do Ministério da
Administração Interna, uma vez que irão sair regulamentos sectoriais, e que os mesmos irão estabelecer
prazos e condições para a aplicação da lei. Por esse motivo a Assembleia decidiu não marcar a sessão
extraordinária solicitada pela bancada da CDU
Deu entrada uma Moção da CDU e a Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Vogal Filipe Borregana
que passasse à leitura da mesma
O Vogal Filipe Borregana (CDU) passou à leitura da mesma, a qual se encontra apensa à presente ata
A Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação da admissão da Moção, tendo a mesma sido aprovada
oor unanimidade e deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana
O Vogal Filipe Borregana (CDU) apresentou esta Moção na Assembleia, uma vez que não se tinham
pronunciado até ao passado dia 14, e que a partir de 2019 virá uma quantidade de alterações que ainda
ninguém sabe quais são. Tal como a Sra. Presidente da Mesa referiu, o mesmo tinha solicitado uma
assembleia extraordinária, devido a esta lei porque, ou se aceita o que aí vem ou tinham a hipótese de
prorrogar o prazo, para que as competências só fossem adquiridas em 2021, e a partir de 1 de janeiro de
2019 ninguém sabe o vai surgir. Assim sendo, terão de esperar pelas leis que aí se avizinham
A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Jorge José
O Vogal Jorge José (BE) referiu que o Bloco de Esquerda sobre esta situação da lei das competências para as
outarquias tem uma posição já decidida pelo seu grupo parlamentar e também pelo grupo de trabalho das
utarquias. Neste momento vão abster-se em relação a esta matéria porque existe em Assembleia da
República cerca de 22 diplomas para serem regulamentados e aprovados. Consideram prematuro neste
nomento, enquanto essa lei não sair e que após a sua discussão no órgão que é a Assembleia da República,



vão abster-se e referiu que ainda na pouco tempo votaram contra um projeto de diploma nesta materia, na
Assembleia da República
A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Pedro Caldeira
O Vogal Pedro Caldeira (PS) referiu que relativamente a esta matéria, a bancada acha que já está tudo dito,
acompanharam o discurso do Vogal do Bloco de Esquerda, contudo não se irão abster, e irão votar contra
uma vez que a lei ainda não definiu critérios, irão aguardar e logo que a mesma seja dada a conhecer
debaterão o assunto
A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Carlos Diogo
O Vogal Carlos Diogo (PSD) informou que fazem das palavras do Vogal do Bloco de Esquerda as suas e que
irão abster-se
A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana
O Vogal Filipe Borregana (CDU) começou por referir que falasse que ficaram à espera dos diplomas, mas a lei
que foi aprovada pelo PS e pelo PSD na Assembleia da República refere taxativamente que quem não se
pronunciar, a partir do dia 1 de janeiro, todos os diplomas que são aprovados na Assembleia da República
são imputados às Juntas de Freguesia e às Câmaras Municipais. Quanto ao pedido da CDU, de não ter sido
efetuada esta Assembleia no período solicitado, a única responsabilidade será mesmo da Mesa, como
anteriormente tinha referido e também do Executivo que podia ter marcado, caso quisesse ver este assunto
discutido
A Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação da Moção, da qual resultaram 9 abstenções e 9 votos
contra, tendo a mesma sido rejeitada
O sentido de voto foi o seguinte:
Contra: PS – 9;
Abstenções: PSD – 4; Bloco de Esquerda – 2; CDS – 1; Glória Albuquerque – 1; Ana Brinco – 1;
A Favor: CDU – 3
A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Jorge José
O Vogal Jorge José (BE) referiu que como vogal eleito nesta Assembleia, todas as opiniões que tem
transmitido são refletidas em consenso. Opinou sempre de acordo com os princípios básicos da programação
das leis programáticas do Bloco de Esquerda, interveio e opinou com o acordo do grupo de trabalho e
audição prévia dos militantes do bloco. Algumas vezes, não da melhor forma e do melhor jeito, mas no fundo
com a melhor convivência e com o intuito de melhorar a qualidade de vida para a freguesia. Em nome da
bancada que representa, procuram assumir os acordos alcançados respeitando a matriz política deles, na
defesa das populações que representam. Tendo cada um a sua opinião, em defesa dos princípios basilares da
democracia. Referiu apoiarem este Executivo com a força e a dignidade democrática. Ao longo destes dez
meses respeitaram e foram respeitados. Deu os parabéns ao Executivo pelo trabalho realizado até hoje em
todos os níveis. Chamou à atenção do Executivo sobre uma situação relativa aos transportes públicos, apesar
de esta não ser matéria da Junta e talvez mais da Câmara, que poderá atuar com algumas situações que se
estão a verificar, dando como exemplo um caso concreto com o Hospital Amadora Sintra, em que o concelho
de Sintra, nomeadamente, Queluz está mal servido. As pessoas que são atendidas no hospital às vinte horas
e que queiram sair ou têm dinheiro para o táxi ou têm de vir a pé. Ultimamente tem-se verificado falhas de







abordou o Executivo no sentido de saber quais os critérios que subsistiram para a alteração do monumento. Monumento esse que era ex-libris da vila de Belas. Por fim, deu os parabéns ao Executivo pela obra da estrada.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.----A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas começou por informar o Vogal Jorge José que felizmente estão em democracia, e a democracia permite que todos tenham a sua opinião e que livremente possam concordar ou discordar com a opinião dos outros. Claro que tudo terá de ter regras, porque onde termina a liberdade de uns começa a liberdade de outros e vice-versa, e que nem sempre podemos estar de acordo uns com os outros. Mas, tendo todos em conjunto um único objetivo que é aquele para o qual todos são eleitos, que é o de defender o interesse das suas populações, é evidente que mesmo com pontos de vista diferentes, todos merecem e devem respeitar-se. Por isso, ouviu com toda a atenção as palavras do Vogal e contam com a continuação da sua participação cívica, sempre com uma postura construtiva tal como o fez anteriormente. Relativamente à questão dos transportes públicos, referiu que a carreira foi implementada no mandato anterior e que desde esse mandato têm conseguido obter da Vimeca alguns pequenos triunfos, que apesar de poucos e pequenos, sempre foram alguns. Irão junto da Câmara verificar o que se passa e referiu que uma das grandes prioridades do mandato desta Câmara e desta Junta é a questão da mobilidade, as acessibilidades, a facilidade de acesso de pessoas com incapacidades. A questão dos transportes públicos, a nível da área metropolitana de Lisboa está a ter um grande impulso e quem utiliza os transportes públicos, muito brevemente terá boas notícias, nomeadamente quanto aos valores dos passes sociais, quanto ao alargamento da sua utilização e certamente que muitas famílias ficarão beneficiadas com estas novas regras que virão a ser implementadas. Relativamente à Rua José Alberto Ferraz, foi um arranjo efetuado pelos SMAS, tendo a Junta já solicitado aos mesmos que procedessem à sua reposição, o que até agora ainda não se verificou, mas que irão novamente insistir. Relativamente ao Vogal Filipe Borregana referiu ter ficado com a ideia de que já na última Assembleia de Freguesia se tinha referido que já tinham interposto a respetiva queixa junto do Ministério Público, estando a mesma certamente em investigação, não tendo mais nenhuma informação a dar sobre a mesma. Quanto aos auxiliares de ação educativa, a Câmara Municipal de Sintra é, e tem sido, um exemplo de município que tem excedido o rácio dos auxiliares de ação educativa, portanto, por parte da mesma não há menos auxiliares do que aqueles que, por lei, são previstos, havendo até mais. Acrescentou que o Presidente da Câmara Municipal de Sintra quando guestionado sobre o assunto, até mesmo pela própria bancada da CDU na Assembleia Municipal, informa que quando existem baixas ou na falta de algum funcionário, etc., aí certamente haverá auxiliares de ação educativa a menos. Mas, em termos objetivos, a Câmara Municipal de Sintra nas escolas excede o rácio que é dado pelo governo e assume encargos com os auxiliares de ação educativa, como sempre tem feito. Aliás, tem sido a preocupação, tal como todos podem apreciar, existem muitos estabelecimentos escolares, muitas escolas primárias, básicas e até secundárias que não são da responsabilidade da Câmara Municipal de Sintra e que estão a ser objeto de intervenção profunda. Relativamente à Travessa do Bosque, na Idanha, de facto existe uma proposta para resolver a situação e colocar no local uma sinalética, mas segundo parece, a Câmara precisava de obter um alargamento de espaço, mas essa situação tem a ver com um particular e ainda não se encontra resolvida, o



que tem constituído um obstáculo, tendo a mesma conhecimento disso. No entanto, vão voltar a reforcar a situação, tal como a questão da estrada que passa pela Sociedade 22 de Maio.-----Relativamente à questão abordada sobre a Quinta da Espanhola referiu que o que existe na mesma, pelos vistos, é uma situação que já vem de há vários anos, desconhecendo a mesma que existia qualquer problema pendente, mas que a Junta de Freguesia poderá averiguar, mas que precisamente nessa zona estão a ser feitas obras, sendo as mesmas do Eixo Verde e Azul e que têm a ver com a ciclovia que vai ligar Belas a Queluz e ao Jamor. Relativamente à questão do monumento dos bombeiros deu conhecimento que aquela rotunda não foi mexida. De facto, a única alteração a ser feita foi o que se encontra à volta, portanto, o monumento em si não foi alterado e como já referiu, tudo o que lá foi feito foi com consentimento dos Bombeiros Voluntários de Belas. Foram feitas várias propostas e os mesmos optaram por aquela que acabou por ser executada. Referiu que, de facto, a rotunda tinha água, mas que também tinha lixo, plásticos e tudo o que não era suposto ter e, às vezes, os Bombeiros demoravam um dia inteiro para lá colocar água. Não sendo, por isso, uma solução viável e que os próprios Bombeiros por diversas vezes já tinham manifestado essa dificuldade. Foi assim, por uma questão higiénica, de saúde e também de enquadramento e dar um reforço de dignidade àquele monumento. Neste momento, o mesmo encontra-se embelezado porque tem iluminação há noite, o que não acontecia, e qualquer pessoa que por lá passe pode verificar que é uma homenagem aos Bombeiros. Assim sendo, o objetivo foi requalificar, melhorar e dignificar e não deixar estar ali um espaço que acabava por estar abandonado, porque tinha constantemente de ter intervenção, não só dos bombeiros mas também dos funcionários da Junta que tinham de tirar o lixo que muitas vezes lá era colocado ou lá ia parar.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que ouviu com toda a atenção que a Câmara Municipal de Sintra tem os rácios superiores aos que são indicados pelo Ministério da Educação, mas a realidade é que estão bem próximos de uma escola na Fonteireira com cerca de 300/400 crianças, que durante a hora de almoco não tem funcionários, apesar de os rácios estarem acima da média, conforme a Presidente da Junta referiu. Questionou a mesma se tem conhecimento destas situações e se haverá mais escolas com falta de auxiliares, e no caso de ter conhecimento se teria feito alguma diligência junto da Câmara Municipal de Sintra,-----A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas referiu não retirar o que tinha dito e que é dito publicamente, mas há mais coisas que a Junta ou a Câmara não podem interferir, porque o agrupamento de escolas decide como é que gere e que cada escola tem o seu coordenador. Referiu ter conhecimento que a Escola Mário da Cunha Brito tem um coordenador bastante ativo. Assim sendo, caso exista alguma situação que não se encontre bem, certamente não foi transmitida à Junta e referiu gostar de saber se chegou ao Departamento da Educação da Câmara Municipal de Sintra,------A Presidente da Mesa da Assembleia passou ao período da Ordem do Dia, com a leitura da convocatória. colocando a mesma a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.--------------------------A Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao período da Ordem de Trabalhos com o ponto n.º 1. "Apreciar e votar as atas das reuniões anteriores". Informou que este ponto tem a inclusão de três atas e que é um ponto só, com três votações distintas, questionando relativamente à ata n.º 5, quem não dispensa a leitura da ata. A dispensa da leitura foi aprovada por unanimidade.-----



Votação: A favor 12 (PS − 7, PSD − 1, CDU − 1, BE − 1; CDS − 1; Ana Brinco − 1)
De seguida, passou à votação da ata, a qual foi aprovada por unanimidade, pelos vogais presentes na
respetiva reunião
Votação: A favor 12 (PS − 7, PSD − 1, CDU − 1, BE − 1, CDS − 1, Ana Brinco − 1)
Passando à ata n.º 6, a Presidente da Mesa da Assembleia questionou quem não dispensa a leitura da ata
Votação: A favor 12 (PS − 6, CDU − 2, BE − 1; CDS − 1, Ana Brinco − 1, Glória Albuquerque − 1)
A dispensa da leitura foi aprovada por unanimidade
De seguida, passou à votação da ata
Votação: A favor 12 (PS − 6, CDU − 2, BE − 1, CDS − 1, Ana Brinco − 1, Glória Albuquerque − 1)
A acta foi aprovada por unanimidade
Passou à aprovação da ata n.º 7 e questionou quem não dispensa a leitura da ata
Votação: A favor 15 (PS – 6, PSD – 3, CDU – 1, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco – 1, Glória Albuquerque – 1)
A dispensa da leitura foi aprovada por unanimidade
A Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos "Apreciar, nos termos da
alínea e) do n.º 2 do art. 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Informação Escrita da Presidente da
Junta de Freguesia e respetiva Informação Financeira referente ao 3º Trimestre de 2018"
A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas
A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas começou por referir que esta informação escrita
correspondente ao 3º trimestre de 2018, transcreve na íntegra as atividades que foram desenvolvidas, as
despesas efetuadas e as receitas obtidas. Incide num período que é importante, período esse que abrange os
meses de julho e agosto, que são meses que de uma forma muito dinâmica interagimos com os nossos
jovens e com os nossos seniores, referindo dar realce às atividades que se desenvolveram durante este
período. Continuaram a fazer a praia sénior e a colónia de praia para jovens, e com isto contribuíram para
que muitos jovens e seniores que não tinham outras condições pudessem ir à praia. Não se realizaram só idas
à praia, mas também outras atividades. A colónia de férias começou a ser diária, tanto no período da manhã
como da tarde, durante um mês, permitindo a estes jovens, não só poderem usufruir de praia, mas também
interagirem entre eles e com as instituições da freguesia. São encargos financeiros avultados porque têm de
ter autocarros para poderem fazer o transporte, mas, mais importante do que as verbas que se gastam com
determinadas atividades, é o resultado das mesmas. Foi também um período em que começaram as obras
importantes no Eixo Verde e Azul da área da União das Freguesias de Queluz e Belas, nomeadamente no que
diz respeito à criação da ciclovia já aqui hoje abordada
Relativamente aos serviços prestados no âmbito do apoio que assumiram dos CTT, referiu poderem verificar
no documento a dimensão dos serviços prestados, do número de atendimentos e, de facto, conseguiram
colmatar, embora sempre cientes de que se estão a substituir a uma empresa. Mas cientes também de que
estão a prestar um serviço à população, tendo sido essa a preocupação de assumirem essas
responsabilidades nas respetivas instalações. Por fim, referiu estar disponível para qualquer questão que
quisessem colocar
A Presidente da Mesa da Assembleia deu a nalavra à Vogal Vera Pinto



A Vogal Vera Pinto (CDS) começou por questionar a que período se referia o documento e referiu não perceber relativamente à questão das despesas com o pessoal, a despesa paga foi 492 mil euros arredondados e as dotações com o pessoal eram 820. Questionou se teria sido alguém que tivesse saído, supostamente, se as dotações são de 31 de agosto, as dotações para o pessoal deviam ser iguais à despesa paga. Outra questão prende-se com as taxas e as multas, nomeadamente às receitas, o documento refere que é uma taxa de execução, a 31 de agosto de aproximadamente de 25%, questionou o porquê de um desfasamento tão grande nas taxas e nas multas. Se era cerca de quase 200 mil euros e só consta a cobrança de 49. Questionou se teriam muito dinheiro para receber, e que há aqui alguns desfasamentos em termos de percentagem. Daí a sua pergunta inicial, para tentar perceber se eram as dotações anuais ou se era uma dotação só a 31 de agosto, e o porquê dos desfasamentos das percentagens e a não execução das receitas.---A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que a bancada da CDU quer, mais uma vez, congratular a Presidente pela explicação dada e que o documento está bem elaborado, encontrando-se o mesmo legível e compreensível para toda a gente. Contudo, referiu ter algumas dúvidas relativamente às contas, uma delas não é dúvida mas sim uma constatação, que é despesas em software, este ano vai em 71.345 €, ou seja, isto a somar ao que se gastou desde 2015, foram 242.000€, resumindo têm um gasto em três anos e meio de 313.000€ em software e em equipamento informático e ainda estiveram capazes de ter levado um ataque informático que encriptou todas as contas. Em três anos e meio o Executivo gastou 313.000€ em software e equipamento informático. Relativamente ao valor das receitas que foram 1.408.000€ e as despesas de 1.440.000€, ou seja, há aqui um saldo negativo, estando a Junta a gastar mais do que está a arrecadar e está a ir buscar mais ou menos 32.000€ ao saldo transitado. A Junta está a gastar mais 32.000€ do que as receitas no próprio ano. Referiu verificar uma rubrica em que consta vendas de imóveis, que julga ter sido a venda de umas casas na Venda Seca, ou seja, estes imóveis não podem voltar a ser vendidos, se isto continua assim, sem imóveis para vender, em vez de termos um saldo negativo de 32.000€ passamos a ter um saldo negativo de 100.000€, entre as despesas e as receitas correntes do ano. Referiu querer que lhe explicassem se esta situação se irá manter ou se irá haver cortes para o próximo ano. ------A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Paulo Reis,------O Vogal Paulo Reis (PSD) mais uma vez, deu os parabéns, porque efetivamente aquilo que foi comparado com o mandato anterior, isto tem sido um upgrade bastante grande e está muito bem redigido, apesar de continuar a achar se em algumas variações mais precisas, se o relatório financeiro poderia vir com essa informação adicional, até porque futuramente se algum freguês consultar o relatório, a explicação não vem lá exposta e pode ficar com dúvidas. Conforme no passado criticou, agora dá os parabéns porque efetivamente o documento está bem feito. Referiu ter alguns valores que gostaria que fossem abordados, nomeadamente a venda dos bens de investimento que passou de perto de 9.000€ para 79.400€, que deve ter a ver com a venda de património da Idanha, podendo essa explicação estar contemplada no documento. O grau de execução das taxas, multas e penalidades está muito abaixo, por volta dos 24.8%. Na parte do orçamento da despesa, na aquisição de bens e serviços existe uma variação bastante grande, de 184.000€ aproximadamente, para 569.000€. Na admissão de bens e capitais, há uma variação que passa de 108 mil, no



último relatório para 310.000€, quase o triplo. Efetivamente, isto, em termos de orçamento de despesa tem um grau de execução à volta dos 22%. Estas grandes variações devem estar referidas no relatório.-------O Vogal Carlos Diogo (PSD) julga terem referido na última assembleia que o que vem é em execução orçamental e até tiveram uma explicação corretíssima da Vogal do CDS, mas hoje ficou confuso quando a Vogal Vera Pinto referiu ter dúvidas quanto às dotações, sendo efetivamente as mesmas anuais. Voltou a referir-se às asserções, tratando-se, portanto, de formular uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Esta opinião deve ser sempre fundamentada por quem domina e tem o controlo da gestão e que vai ajudálos enquanto órgão deliberativo e fiscalizador a tomar decisões. São parte do critério que a gestão utiliza para registar, divulgar a informação contabilística no relato financeiro. É extremamente importante que a mesma conste, porque vir efetivamente no controlo orçamental, continuam sem saber se continuam a incorrer dúvidas futuras, porque o controlo orçamental nada lhes diz. Os fluxos de caixa não são nada mais nem nada menos do que entradas e saídas. Realçou que a informação está muito melhor mas que, eventualmente, pode ainda haver um esclarecimento muito melhor e que lhes é devido.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Vogal Vera Pinto,------A Vogal Vera Pinto (CDS) esclareceu que a sua primeira pergunta era se estas dotações eram anuais, tendo ficado com essa dúvida, por isso questionou se teriam despedido pessoas e que tinha percebido que eram as dotações até 31 de agosto. De qualquer forma, estando no início de setembro, verificaram-se algumas variações, nomeadamente na receita que, na sua opinião, se não forem concluídas ou haver um grau maior de execução é capaz de dar problemas na despesa.-----A Presidente da Mesa deu a palavra à Vogal Glória Albuquerque.-----A Vogal Glória Albuquerque (Independente) chamou à atenção para uma alteração muito significativa neste relatório, porque há pequenas coisas que não são feitas na freguesia e que têm de ser realçadas. Efetivamente essa substituição aos CTT foi uma excelente ideia, porque são aquelas pequenas coisas que são feitas para as populações e que, às vezes, as pessoas não relevam, mas que têm toda a relevância. -----------A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Pedro Caldeira.-----O Vogal Pedro Caldeira (PS) começou por referir a questão do serviço público e recordou que talvez não esteja presente na cabeça de todos como é que chegámos a uma situação destas. Em 2013, o governo anterior privatizou os CTT, no entanto, o serviço público postal não foi abrangido pela nacionalização e houve uma concessão aos privados desse serviço público postal. O que sucede é que quem mandava nos CTT, também não tinha na mão essa concessão e começaram a encerrar estabelecimentos dos CTT, dos serviços locais e houve várias estações a nível do país contra o encerramento dos serviços e a nossa Junta de Freguesia decidiu, em boa hora, assumir qualquer coisa que não lhe competia. Nesta informação escrita constatou que houve uma evolução desta prestação de serviços e ficou surpreendido como é possível uma funcionária que foi alocada a este serviço conseguir cumprir esta missão desta maneira. Interrogou se foi apenas alocada uma funcionária a este serviço e, no caso de férias ou doença o que acontecerá na sua ausência. Referiu não conseguir encontrar uma explicação para o grau de tarefas que está contemplado no documento. Propôs um voto de louvor, não só à decisão da Junta, mas também à própria funcionária.



Congratulou-se com o serviço prestado e ficou com algumas dúvidas quanto ao facto de por algum motivo não podermos continuar a prestar este serviço, e que estamos a prestar um ótimo serviço.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana,-----O Vogal Filipe Borregana (CDU) mencionou que, gostaria de saber o que custa, no caso dos CTT, ao erário público ou quanto é que isto custa à Junta de Freguesia, que é o dinheiro de todos nós, para que também os habitantes de Queluz e Belas saibam o esforço que a Junta está a fazer e de que forma a também ficarem a saber quanto é que uma empresa privada poupa por a Junta de Freguesia lhes estar a prestar esse serviço e aumentar os lucros dessa empresa privada. A bancada da CDU pretende saber quanto é que isto custa à Junta e ao erário público, uma vez que não estará a investir noutros lados porque está a gastar dinheiro para uma empresa pública estar a amealhar lucros,-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Vogal Odete Monteiro.-----A Vogal Odete Monteiro (PSD) no seguimento do discutido, referiu que a Junta tendo o centro de custos, deverá saber quanto custa este serviço, e para além disso, quis também congratular todas as atividades que têm sido aqui apresentadas e que julga serem o resultado de um esforço que se tem vindo a verificar e que tem melhorado de mês para mês,------A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas informou que iria prestar algumas informações sobre algumas das matérias, dando depois oportunidade ao Sr. Tesoureiro para prestar outras informações. Referiu haver um aumento de despesas de bens de capital e na questão da venda de imóveis, porque estão a regularizar muitas situações e de facto, a antiga Junta de Freguesia de Belas possuía imóveis na Venda Seca, estando essas situações a ser acompanhadas. Aproveitou para deixar um agradecimento aos vogais que têm estado mais envolvidos na resolução das mesmas, uma vez que são processos antigos e que não têm sido fáceis, assim como não tem sido fácil descobrir a história dos mesmos, nem de se perceber como se chegou a determinadas situações. No mandato anterior não foi possível de fazer, não tinham condições, herdaram duas freguesias distintas e levaram muito tempo para harmonizar o que tinha de ser harmonizado. Agradeceu publicamente ao Sr. Tesoureiro, Dr. Hugo Frederico e à Vogal de Ação Social, Dra. Ana Pacheco, porque foram os mesmos que estiveram durante meses a tentar perceber o que se passava com as casas da Venda Seca. Referiu que a Junta de Freguesia adquiriu um novo autocarro, porque os existentes já estavam com muitos problemas, eram mais as despesas de manutenção do que propriamente o trabalho que executavam, tendo em atenção que já não podiam transportar menores de dezasseis anos, o que era uma limitação, estando a situação atualmente ultrapassada. Atualmente, o problema é dar vazão a todos os pedidos que surgem para a utilização do autocarro, e que tem sido bastante elogiado. ------Deu conhecimento que, fora do concelho já lhes têm feito chegar alguma informação sobre a extraordinária aquisição que efetuaram. Até dentro do próprio concelho tem havido colegas que referem que de facto, a Junta de Queluz e Belas tem um autocarro muito bom.-----Relativamente à questão dos CTT, no que concerne às taxas e multas, das taxas de execução, havia uma tabela de taxas e licenças que foi atualizada em março, sendo inicialmente o valor das receitas obtidas muito inferior àquele que passámos a ter, devido à alteração do regulamento da tabela de taxas. No entanto, a preocupação da Junta era criar situações em que não houvesse situações de desconfiança, nomeadamente



na emissão de alguns atestados que eram solicitados por pessoas que tinham que declarar sob sua responsabilidade que estavam a ser testemunhas para situações reais. Verificaram em muitas situações que estas pessoas eram de facto testemunhas, mas de situações que não eram reais. Por isso, aumentaram os valores desses atestados para ultrapassar algumas dificuldades. A verdade é que o aumento poderia ter sido maior porque não houve redução na procura. A seu tempo tirarão as respetivas ilações.-----Relativamente aos CTT, não foi um processo fácil. A partir do momento em que os CTT anunciaram que iam fechar as instalações, no Casal da Barota, os membros da Junta estiveram presentes em todas as reuniões que houve com o Conselho de Administração e mesmo tendo sido desrespeitados, porque lhes tinham assegurado, nos contactos que foram estabelecendo, que só passaria para a Junta num processo inicial e nunca fechariam as instalações antes dessa passagem, a verdade é que os CTT de um dia para o outro tomaram a decisão de encerrar o posto e isso foi denunciado junto do Conselho de Administração. Não obstante, continuaram com a sua intenção de assegurar esse serviço. Mesmo não sendo a situação ideal porque não estão por lei a receber o que deveriam, decidiram assumir este encargo. Encargo esse que passou por colocar uma funcionária que já desempenhava as suas funções nas instalações de Massamá Norte, instalações essas que tinham pouco serviço, mas que de um momento para o outro passaram a assumir uma grande procura. Muitos cidadãos de Massamá Norte passaram a conhecer as instalações da Junta de Freguesia. Para isso, foi necessário fazer pequenas adaptações naquelas instalações, sendo que também foram buscar algum material aos CTT. Não gastaram dinheiro no equipamento, mas gastaram com a alteração da entrada nas instalações da Junta. Relativamente à questão da funcionária e do serviço que é prestado tão corretamente e com tanta diligência, a funcionária que já lá estava, tal como outras, foram fazer ações de formação nas instalações existentes em Casal de Cambra. Para além disto, ainda deram mais formação sendo que, fez questão de realçar, a Junta tem excelentes funcionários e salientou que tiveram outras funcionárias que aprenderam a trabalhar com o posto dos CTT sem sequer ter formação. Portanto, têm que elogiar não só a funcionária que já lá estava, que com toda a habilidade se integrou perfeitamente neste serviço, mas também, com os demais sem grandes problemas. Assim sendo, o serviço está a funcionar com toda a normalidade, têm um posto único, não obstante de ter dois balcões. Agradeceu a atenção tida pelo Vogal Pedro Caldeira, relativamente à menção referente à funcionária, não só a ela mas também às funcionárias que estão a desempenhar essas funções e que se calhar, para as mesmas, esta aprendizagem também foi um grande incentivo e que traz benefícios não só para a Junta mas também para a população. Por fim, passou a palavra ao Sr. Tesoureiro.-----

O Sr. Tesoureiro começou por informar que iria dar pequenas notas relativamente àquilo que foi discutido anteriormente. A Junta fez questão que a Assembleia de Freguesia tivesse todos os dados para que possa acompanhar e fiscalizar aquilo que é a atividade da Junta e isso é feito com toda a transparência. Há documentos que por terem informação pessoal, quer de pessoas coletivas, quer de pessoas singulares, não podem ser transmitidos dessa forma, mas reiterou novamente o convite para que, qualquer um dos vogais, quando tivesse oportunidade se dirigisse aos serviços de Contabilidade da Junta de Freguesia e consultasse tudo o que pretendesse. Referiu que sobre essa matéria nada há a esconder. Relativamente à questão colocada pela bancada do CDS, referiu não ter os atributos de teoria geral de finanças públicas, como a Vogal Vera Pinto tem, mas que também se preocupa com o facto de as receitas estarem em 24%, o que é um facto.



Têm três meses de execução de uma tabela de taxas que tinha valores imensamente baixos e que pelos motivos explicados na altura, tiveram de fazer uma remodelação profunda daquilo que era a tabela de taxas. Esta tabela de taxas está em vigor há cinco meses e sabem que os meses de julho e agosto são meses do ponto de vista de receita, muito fracos. Felizmente, a conjuntura da situação económica do país e da europa também ajuda, porque as pessoas hoje em dia têm mais dinheiro disponível e têm a facilidade de estarem ausentes do seu local de residência. No mês de setembro não se verificou uma grande retoma, mas sendo um mês de início de aulas há sempre despesas extraordinárias. Referiu ser natural que atualmente a Junta seja vista de outra forma, têm feito um esforço de investimento muito acentuado naquilo que tem sido a respetiva atividade neste primeiro ano. Referiu que a questão do autocarro era uma questão essencial para a Junta, gastaram muitos milhares de euros, por ano, no aluguer de autocarros para efetuarem serviços que não tinham capacidade para fazer, tinham, dois autocarros com mais de vinte anos cada um, que pela sua antiguidade não podiam transportar crianças. Estas viaturas que não podem transportar crianças têm um valor residual muitíssimo baixo. Conseguiram negociar a venda desses dois autocarros por 9.000€, o que foi praticamente um milagre, havendo freguesias que estão a tentar fazer o mesmo e que não estão a conseguir vender. A Junta teve oportunidade única de comprar um autocarro que não é novo, já é usado, mas que lhes dá do ponto de vista económico onze anos de vida útil para utilização do veículo. Gastaram 111.000€ e pelo que alguns vogais já tiveram oportunidade de ver é um autocarro que não os deixa envergonhados em lado nenhum. Com o serviço que o autocarro vai prestar, porque a partir do momento em que outras freguesias e outras entidades, nos pedem o autocarro e nós tempos para emprestar, e como cobrar taxas pela utilização do veículo, ele acaba por se pagar a si próprio. Aqueles 10.000€ que investiram por ano no autocarro vão ser pagos pela receita que o mesmo lhes vai dar, pelo simples facto de terem um autocarro disponível, o que não acontecia. Fizeram também grandes investimentos nas instalações da Barota para acolher os serviços dos CTT. Era uma instalação que estava dimensionada para aquilo que era o serviço da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, era uma instalação que vinha do tempo da Junta de Freguesia de Belas e que ficou do património da Junta agregada, não tinha condições para atender ninguém porque era um espaço muito compartimentado, com uma funcionária que estava lá o dia inteiro com muito pouco atendimento. Hoje em dia, são centenas de pessoas que vão às instalações da Junta e isso verifica-se porque passaram a emitir muitos mais atestados, têm mais questões de cemitério, mais questões de espaços sociais, ou seja, tornaram aquela instalação naquilo que já deveria ter sido feito, supostamente por quem na altura a comprou, ou seja, seria tornar de facto, ali, a delegação da Junta a funcionar a 100%, que nunca funcionou e que agora funciona, muito ajudada pelos CTT. Na altura, o entendimento da Junta era que pelo menos o vencimento líquido do recurso que lá estava fosse pago pela atividade dos CTT, porque mesmo não pagando renda do edifício, pagam água e luz, mas que pelo menos o vencimento da funcionária fosse pago. O serviço veio crescendo e o melhor cliente que têm é a Junta de Massamá e Monte Abraão.-----Relativamente às taxas, multas e outras penalidades é importante que os vogais que faziam parte da Assembleia de Freguesia de Belas, ou com responsabilidades no Executivo da referida Junta percebessem uma coisa muito simples; enquanto Tesoureiro desta Junta, ao dia 26-09-2018, por incrível que pareça, ainda não tem na íntegra aquilo que é o património que veio da antiga Junta de Freguesia de Belas. Tem cadernetas prediais de prédios que ninguém encontra, tem cadernetas prediais de prédios que estão truncados.



Relativamente ao espaço Multimédia ninguém encontra a caderneta predial, não existe. Tem registo de faturas de obras que foram pagas pela Junta de Belas daquele edifício e hoje não sabe de quem é o mesmo. Referiu não compreender como é que em 2018 nunca ninguém se preocupou, no passado, em ter o património da Junta de Freguesia completamente registado e transparente. Quanto às casas da Venda Seca foram casas que foram construídas pela Fundação Calouste Gulbenkian, nos idos de 68 e 69, para acolher as vítimas das cheias de 1966, num terreno, propriedade da Junta de Freguesia de Belas. A referida Fundação passou a gestão daquele bairro para o IGAPE, do Estado. As pessoas que ainda lá estão são desse núcleo original e foi passando para os filhos, conhecidos, em circunstâncias que ninguém percebe. Até ao IGAPE todos pagavam uma renda titulada por um contrato de arrendamento que tinha por base os seus rendimentos familiares. Na década de 80, passou do IGAPE para a Câmara Municipal de Sintra, que assumiu a gestão daquele património e nos idos de 2000 passou de volta o edificado para a Junta de Freguesia de Belas. Desde que assumiu as suas funções em 24-10-2017, verificou que relativamente às rendas, havia quem pagasse 4€, 8€, havia quem devia 10€ e que não pagava há vinte anos, havia quem tinha contratos de promessa de compra e venda com a Junta de Belas, com as escrituras marcadas e com as vendas agendadas em que o Sr. Presidente da altura, sem qualquer justificação, não compareceu nas escrituras. Referiu ter andado durante quatro meses a analisar papéis, uma vez que é património da Junta de Freguesia de Belas e nunca ninguém se preocupou com isto. Posto isto, a atual Junta de Freguesia de Queluz e Belas, mandou fazer uma avaliação dos edifícios, mandaram fazer a sua certificação energética e chamaram todos os habitantes sem exceção. Tomaram uma opção simples, de falar com as pessoas, dizendo-lhes que estavam a ocupar uma casa que é da Junta, em que uns pagavam e outros não, e informaram que iam fazer, com todos eles, contratos de arrendamento, não de renda livre mas de renda apoiada, e todos eles fizeram o contrato, com exceção de um que informou que gostaria de comprar a casa. A Junta concordou e informou que o valor da casa era de 70.000€, conforme o valor de avaliação. Efetuaram uma atualização das rendas e por essa via, o valor das mesmas subiu e estão a fazer um grande esforço para recuperar o que são dívidas antigas ou situações ilegais. Têm verificado um conjunto de situações ilegais, de construções ilegais, designadamente no cemitério de Belas, em que estão a chamar as pessoas para virem à Junta legalizar as respetivas situações, licenciarem o que houver por licenciar e pagarem o que é devido à Junta. Referiu estarem a investir num espaço público, nas instalações e na parte informática. Referiu, ainda, que enquanto for vogal desta Junta não quer que volte a acontecer o mesmo erro que aconteceu ao sistema informático. Ainda relativamente aos imóveis, referiu terem quatro terrenos, nos quais existe a dúvida sobre quem é o proprietário e que supostamente será a Junta, mas que estão com sérias dificuldades na Conservatória do Registo Predial para o conseguirem saber. Possivelmente, irá ser necessária a ajuda dos vogais que estão há mais tempo para registar os terrenos por usucapião. Quanto à questão de a Junta estar com um saldo negativo de 30.000€, é certo que está, houve a situação do autocarro, a intervenção da Samaritana, e as intervenções na rede informática. Caso não se tivesse realizado qualquer uma destas situações, com certeza que o saldo não estaria assim, mas esta Junta de Freguesia continuará sempre a fazer investimentos. Aquilo que são as receitas da Junta são para investir, são para dar retorno a quem paga os impostos e não para amealhar.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----



O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que no último mandato do PS, o mesmo fazia parte desta Assembleia, tendo feito muitos requerimentos e muitos ficaram por responder. A bancada da CDU sempre se preocupou, mas as respostas é que não chegavam por parte do Executivo do PS, tal como aconteceu no último mandato, as mesmas perguntas e respostas. Por isso, há muitos anos há essa preocupação por parte da CDU em ter transparência nas contas e reconheceu que agora há uma maior transparência do que em mandatos transatos. Referiu ter ainda, uma questão relativa ao mencionado pela Presidente da Junta e pelo Sr. Tesoureiro em relação aos CTT da Barota e leu uma passagem dada pela Presidente da Junta de Freguesia, numa reunião anterior, há cinco meses atrás, cuja ata foi aprovada pelo PS, onde era referido "... os encargos para a Junta de Freguesia foram nulos porque simplesmente fizeram a adaptação e têm uma colaboradora que está afeta a este serviço", ou seja, as transferências dos CTT, há cinco meses foram nulas mas agora já há despesas e justificação de despesas pela transferência dos CTT. Questionou, então, em que é que ficamos, se afinal houve ou não houve despesas. Há cinco meses atrás, tinha sido uma transferência que era só lucro para a Junta e agora já há despesas, há uma funcionária e mais duas que também estão para realizar o servico. Referiu pretender saber quanto é que vai custar à Junta a despesa com os CTT, independentemente de os mesmos fazerem falta no Casal da Barota.-----O Vogal Paulo Reis (PSD) referiu não saber de que lado está a oposição, mas que parte da intervenção vem dar uma certa razão ao trabalho do Sr. Tesoureiro que efetivamente tem sido meritório. Referiu que o último Executivo estava mal servido a nível de Tesoureiro. Em cinco anos foi a melhor apresentação que alguma vez viu de um bom relatório e julga não ter havido alguma tentativa de esconder algo. Deu os parabéns pela sua boa apresentação relativamente aos CTT e referiu que não há custo que compense o trabalho que está a ser A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.----A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas referiu ter procurado ser o mais clara possível, quer a própria, quer o Sr. Tesoureiro, nas respetivas intervenções e pediu desculpas se assim não o foi. Mas sempre disse que tinham alocado uma funcionária que já era da Junta e que estava a desempenhar funções nas instalações da Barota e que não foram buscar mais nenhuma funcionária(o) da Junta de Freguesia para o efeito mas que, como é óbvio, esta funcionária também pode faltar por doença, férias, etc., e necessitam sempre de ter funcionários que também saibam fazer este serviço. Todos os funcionários que estão a prestar serviço e que substituem a funcionária, são funcionários desta Junta, não vieram de novo para desempenhar estas funções. Tal como o Sr. Tesoureiro já tinha referido, a Presidente dirigiu-se ao Vogal Filipe Borregana e referiu que têm uma diferença de visão política, porque se preocupam com as pessoas, com o bem-estar, com a qualidade de vida e certamente que também procuram não fazer despesas ilegais e tudo o que puderam fazer para que as coisas sejam resolvidas, mesmo que às vezes se sobreponham a outros interesses, como no caso dos CTT. Nunca abdicarão desses princípios, sendo valores fundamentais e não abdicam deles. Quanto ao Vogal Paulo Reis e a sua intervenção sobre o anterior Tesoureiro, referiu ter pelo mesmo estima e consideração e que há várias maneiras de estar e desempenhar funções, o que quis deixar aqui bem claro.----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Vogal Vera Pinto.-----



A Vogal Vera Pinto (CDS) referiu achar fundamental dar os parabéns ao Executivo por estar a fazer uma coisa que neste país quase ninguém faz, que é o levantamento dos ativos que estão agregados às Juntas, e o facto de fazer esse levantamento, terá de ser reconhecido patrimonialmente e que irá certamente ter impacto nas contas da Junta, achando isso um trabalho meritório.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.----A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas referiu que de facto, o anterior Executivo de Belas, durante muitos anos foi do PS e foi esse que herdaram quando no anterior mandato chegaram à União de Freguesias de Queluz e Belas. Assumiram sempre tudo o que é bom, porque há muitas coisas boas que foram feitas, foram iniciadas e continuaram com os projetos que eram valiosos e que deviam ser continuados, tal como rejeitaram tudo o que já não correspondia aos seus objetivos, há forma de ser e de estar na política e agora a história não se pode apagar. De facto, houve muitas famílias que durante anos se aproveitaram porque a situação não era regularizada porque também houve situações em que houve escrituras que estiveram marcadas e que o Presidente da Junta não apareceu, o que é um ato de irresponsabilidade, a não ser que alguém venha justificar porque não compareceu. Mas também, precisamente por essa memória, porque de hoje para amanhã também pode vir alguém quando saírem deste Executivo, nomeadamente a própria, dizer que não concordava com as políticas que foram adotadas durante os executivos em que a própria esteve. Agora não podem é esquecer, na altura esteve no local e assumirá tudo aquilo que fez durante esse período. Há pessoas que no passado também fizeram parte do Executivo do PS e que a mesma saiba, a CDU, o Sr. Vogal Filipe Borregana também fez parte do Executivo do PS e isso não pode ser esquecido. Portanto, se gostou ou não de fazer parte do anterior Executivo é uma outra questão. Durante esse período também poderiam ter levantado questões, e referiu não saber se as fizeram ou não. Por isso, eventualmente irão precisar da presença dessas pessoas para justificar o facto de o património ser ou não da anterior Junta de Freguesia de Belas, atual Junta de Freguesia da União das Freguesias de Queluz e Belas,----O Sr. Tesoureiro referiu ser militante do PS desde os dezassete anos e que sempre esteve no PS, reconhecendo e tendo muito orgulho naquilo que é a história do seu partido. Quando os senhores vogais colocam algumas questões, com toda a legitimidade, ele próprio tem que dizer as dificuldades que esta Junta tem para com um património que os vogais têm obrigação de fiscalizar. A sua obrigação, enquanto Tesoureiro da Junta, é chegar ao final do mandato com esta situação resolvida. Quando tiverem necessidade de contratar um advogado e não irão chegar a esse ponto, porque se calhar em dezembro já poderá dizer algo mais do que diz agora. Referiu querer sair desta Junta com tudo resolvido. Agora não podem é querer que o mesmo, em seis meses resolva aquilo que ninguém se preocupou em quarenta anos.------A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu ter feito parte do Executivo de Belas e que saiu por falta de A Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos "Nomeação pela Assembleia de Freguesia ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 77º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro do auditor externo responsável pela certificação legal de contas da União das Freguesias de Queluz e Belas para o triénio 2018, 2019 e 2020".------A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.----



A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas referiu que o que este Executivo aqui traz é de facto, de acordo com a lei, solicitar à Assembleia de Freguesia, porque é da sua competência mas para um triénio, porque também para o Executivo é um processo mais transparente e estão mais seguros e para que a Assembleia de Freguesia fique mais ciente de que durante os próximos três anos, se assim for decidido, sabe quem é o auditor, em que condições é que está e o seu funcionamento. Na questão de aligeirar o funcionamento da Junta e do conhecimento e fiscalização por parte da Assembleia de Freguesia por isso trazem a proposta para que seja três anos. De seguida, passou a palavra ao Sr. Tesoureiro.-----O Sr. Tesoureiro referiu que iniciaram o processo de contratação pública, fizeram uma pesquisa de mercado e o que aqui apresentam foi a melhor proposta, daquelas que consultaram, sendo portanto este valor que aqui têm. De facto, os três anos permitem que tenham uma estabilidade no trabalho e que não andem todos os anos a mudar de Revisor Oficial de Contas. E é nesse sentido, que propõem que seja ao triénio, que cobre todo o mandato até ao final e depois quem vier a seguir tem o Revisor Oficial de Contas por mais três ou quatro meses e depois fará o que entender.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Vogal Glória Albuquerque,-----A Vogal Glória Albuquerque (Independente) questionou se na decisão da Junta em escolher esse auditor pesou o facto de ser um auditor que trabalhou com várias Juntas de Freguesia,------A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Carlos Diogo,--------O Vogal Carlos Diogo (PSD) questionou se a proposta do ROC de 25 de junho, com 6 dias de validade ainda está em vigor e se não foi denunciada.------A Vogal Mafalda Santos (CDU) questionou apenas porquê agora, no início do último trimestre do ano, em que vem esta nomeação a esta Assembleia e demonstrar a estranheza da bancada. Nesta nomeação do mesmo auditor que em 2017 não cumpriu, não sabendo esta Assembleia, se por não ter entregue os relatórios financeiros obrigatórios por lei, que são semestrais e que não chegaram a esta Assembleia ou se foi por ordem do Executivo que esses relatórios não chegaram à mesma, ou se foi o auditor que não os apresentou.-----O Vogal Paulo Reis (PSD) referiu não ter estado presente nas últimas assembleias e não saber como foi feita a aprovação das contas no ano de 2017 e que não sabe se está alguma sociedade de revisores de contas a funcionar neste momento, mas pelo menos em setembro devia vir o relatório semestral do ROC e não foi apresentado nesta Assembleia. Constata que há uma proposta do ROC a 25 de junho, a proposta é levada ao executivo a 7 de setembro e a dúvida é se os parâmetros que estão naquela proposta se mantiveram, o que presumem que sim, mas a dúvida é porque não veio o relatório semestral e há um pagamento que está lançado em agosto no valor de 5 mil e tal euros, que é necessário saber se diz respeito ao fecho do ano de 2017, e sendo assim, se falta um documento de 2017, e questionou se o valor a pagar é como se fosse um ano completo.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Tesoureiro,------O Sr. Tesoureiro explicou que a questão do ROC é simples. Na primeira Assembleia de Freguesia, após a tomada de posse, foi quando o ROC foi nomeado para o ano de 2017. O próprio fez uma consulta ao



mercado, estipularam qual era o caderno de encargos, não procuraram nenhuma sociedade oficial de revisores de contas em particular, mas achou que por mera justiça deveriam consultar o ROC que já lá estava, uma vez que foi alguém que ficando com a responsabilidade em novembro de 2017 se responsabilizou por toda a conta do mesmo ano. Portanto, no mínimo deveriam consultá-lo também e consultaram ainda umas três ou quatro sociedades. O facto de ser o mesmo ou não, os limites legais de contratação pública são claros, não havia aqui nenhum impedimento em função do valor para escolherem o mesmo revisor oficial de contas. Referiu que sem obrigação absolutamente nenhuma, esta sociedade de revisores de contas deu-lhes uma ajuda muito preciosa que foi a resposta ao Tribunal de Contas aquando da questão dos dados terem sido atacados. Esta sociedade está inscrita na Ordem do ponto de vista da competência técnica é inegável o seu valor e, portanto, não tem dúvidas nenhumas do valor técnico desta sociedade. Obviamente que a sociedade não pode trazer aqui o relatório de setembro de 2018 porque estamos precisamente em setembro de 2018 e porque só está a ser nomeado agora, mas vai trazer todos os relatórios que forem necessários e que são legais para esta Assembleia de Freguesia. Relativamente à questão de a proposta ter 66 dias e os mesmos já terem passado, essa foi uma questão que se colocou na proposta de julho e sendo uma altura de férias seria difícil convocar uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia, e foi a primeira oportunidade que tiveram para nomear a sociedade, não vem daí nenhum prejuízo para a Junta, falaram com a sociedade, e os mesmos não se importaram, mantemos a nossa proposta e é nesses termos que ela é aqui apresentada. Do ponto de vista legal ele está claro e encontra-se no portal. Só vai ficar adjudicado porque é uma competência desta Assembleia e portanto o processo só será concluso com a deliberação desta Assembleia.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Pedro Caldeira.------O Vogal Pedro Caldeira (PS) referiu que face às explicações dadas pelo membro do Executivo e o escrutínio cerrado que ouviram e apreciaram, o voto da bancada do PS só pode ser a favor da nomeação.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Paulo Reis,------O Vogal Paulo Reis (PSD) referiu que a bancada do PSD também irá votar a favor e que pelo facto de ser por três anos foi uma boa aposta, o que efetivamente também dá alguma estabilidade para poderem avaliar a qualidade da empresa, e que efetivamente poderá ser uma boa aposta.------------------A Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos,------Votação: A favor 17 (PS - 9; PSD - 3; BE - 2; CDS - 1; Ana Brinco - 1; Glória Albuquerque - 1), Contra - 3 (CDU).-----O ponto 3 da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria.----A Presidente da Mesa da Assembleia passou à análise do ponto 4 da Ordem de Trabalhos "Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para os anos económicos de 2019, 2020 e 2021, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e do art. 12º do decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho", e deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas passou a palavra ao Sr. Tesoureiro.------O Sr. Tesoureiro referiu que isto não é mais do que trazer uma proposta de autorização de assunção de compromissos plurianuais para os próximos três anos. O contrato de concurso público internacional vai prescrever no dia um de abril e precisam desta assunção de compromissos plurianuais para que possam abrir



um concurso plurianual para dar cumprimento aquilo que são as competências da Câmara Municipal de Sintra, no que concerne aos espaços verdes, mas também querem aproveitar essa autorização para que possam calendarizar nos próximos três anos uma empreitada de fornecimento contínuo de manutenção de espaço público, nomeadamente nas calçadas. É essa autorização que aqui é apresentada para que possam lançar um concurso público, não por prévia qualificação, não por convite, mas um concurso puro, ou seja, em que qualquer empresa possa concorrer. A ideia é terem uma estabilidade de fornecimento e uma estabilidade de relação com todos os nossos fornecedores, no sentido de termos aqui de facto, uma programação daquilo que é o investimento público da Junta de Freguesia ao longo dos próximos três anos, reforçando aquilo que é um investimento no espaço público porque a ideia é lançar os concursos por valores, dos espaços verdes e um valor que é conhecido e outro na ordem dos 300, 400 mil euros. Nos três anos, nunca antes houve história da parte desta Junta de Freguesia de tal investimento num espaço público como o que se propõem fazer nos próximos três anos.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----O Vogal Filipe Borregana (CDU) relembrou que a CDU sempre recomendou ao Executivo o lançamento de um concurso público para a aquisição de bens e serviços. Chamou à atenção para os lançamentos destes concursos porque da última vez que houve um lançamento de concurso público, entre o lançamento e a aprovação desta Assembleia, também de um compromisso plurianual deste género e a aprovação pelo Tribunal de Contas passou quase um ano.-----A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----O Vogal Carlos Diogo (PSD) informou que a bancada irá votar favoravelmente.-----A Presidente da Mesa colocou a votação o ponto 4 da Ordem de Trabalhos.-----Votação: A favor 20 (PS − 9; PSD − 3; CDU − 3; BE − 2; CDU − 1; Ana Brinco − 1; Glória Albuquerque − 1).------Foi aprovado por unanimidade.-----A Presidente da Mesa da Assembleia passou à leitura do ponto 5 da Ordem de Trabalhos "Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião" e deu a palavra à Vogal Glória Albuquerque,-------A Vogal Glória Albuquerque (Independente) referiu que neste momento, a preocupação de todos os fregueses, tem a ver com o lixo mas que já verificou que não é uma questão apenas desta freguesia, é uma questão que também se está a passar em Lisboa e não sabe se tem a ver com a própria empresa, mas o lixo acumula-se durante vários dias, e o facto é que esta situação se agravou nos últimos tempos.-----A Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Paulo Reis.-----O Voga! Paulo Reis (PSD) referiu que a recolha do lixo é uma preocupação e não iria voltar a falar mais sobre isso, mas também, as passadeiras que apesar de não ser da competência da Junta, seria conveniente se esta pudesse reforçar junto da Câmara. Existem passadeiras que estão completamente sumidas, outras que estão mal colocadas no terreno, pelo que poderiam ser um pouco mais ao lado. Outra preocupação é a presença de matilhas de cães, em grandes grupos e que têm causado algumas situações complicadas, nomeadamente de pessoas que andam a passear os seus cães e que são atacadas por essas matilhas. Solicitou para que a Junta reforçasse essa situação junto da Câmara ou do Canil.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----



O Vogal Filipe Borregana (CDU) deu uma nota para que se reforce junto da Câmara, a escola centenária de Belas que, pelo que já foi dito, será o futuro centro de saúde de Belas, tinha as portas com cadeados, as janelas fechadas. Neste momento, as janelas estão todas abertas e as portadas também. Convém reforçar-se o pedido para que venham fechar as mesmas.-----A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.----A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas referiu que relativamente à questão do lixo, que está a adquirir proporções alarmantes, de facto, é uma problemática e que neste momento quer a Câmara, quer a Junta de Freguesia estão a tentar solucionar. Há muitas condições prévias para esta situação. Umas têm a ver com a falta de civismo, de educação e respeito das pessoas. Quando a recolha do lixo passou a ser feita pelos SMAS, de facto, houve momentos muito complicados, tendo a própria e os restantes membros do Executivo verificado que os caixotes estavam rodeados de lixo mas que por dentro estavam vazios, ou seja, as pessoas por razões que se desconhecem, se foram propositadas ou não, assim o faziam e foram encontradas várias situações destas. A verdade é que o lixo e os monos aumentaram e que isto é uma situação sazonal, que ocorre nomeadamente no Natal, a partir do novembro quando as pessoas recebem o subsídio de Natal e no período em que também recebem o subsídio de férias, havendo momentos próprios em que isso sucede. A verdade é que as pessoas não têm cuidado porque existe um número da Câmara para poderem fazer a recolha e as pessoas não telefonam. Não há atenção para com um serviço que é feito de forma gratuita e que nada custa às pessoas. A própria já se deparou com pessoas a deixar os monos ao lado dos contentores. A Câmara Municipal de Sintra está atenta a esta situação. Também há outras situações que vêm do passado e que não estão resolvidas, como é o caso de em Sintra existirem vários sistemas de contentorização. Para agregar e resolver este problema, a Câmara Municipal de Sintra procurou, na altura, adquirir algumas viaturas, mais pessoal, mas isto neste momento não é suficiente, e por isso a Câmara Municipal de Sintra, está neste momento a recrutar mais trabalhadores e cerca de 40 viaturas para aumentar o reforço na recolha. Não obstante, quis dizer publicamente que tem havido um esforço por vezes inglório, mas que é um esforço que é feito quer pelos funcionários da Câmara, quer pelos funcionários dos SMAS, porque durante a noite há funcionários dos SMAS que andam a apanhar o lixo do chão para meter nos contentores que estão vazios. Adiantou que virá à Assembleia de Freguesia e que foi à reunião da Câmara, a celebração de um Acordo Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Sintra e as Juntas de Freguesia do Concelho de Sintra para as Juntas procederem à recolha de monos. Nesse sentido, todas as Juntas de Freguesia do Concelho aderiram. Já foi aprovado esta semana e irá à Assembleia Municipal e depois irá ao Executivo para ser aprovado e à Assembleia de Freguesia, que terá uma opinião final sobre esta matéria.-----Querem que a Junta através da alocação de dois trabalhadores e da aquisição de uma viatura, para o efeito, consigam também, eles próprios, passar a fazer esse servico e consigam ultrapassar os problemas que têm surgido. Relativamente às passadeiras, que não é uma competência da Junta, mas que de facto se verificam algumas situações, estando a Câmara a enquadrar isto, tal como situações de estacionamento que estão afetas a pessoas com incapacidades e que muitas delas já não existem ou que já mudaram de residência. Relativamente às matilhas, de facto tem ocorrido em algumas áreas do Concelho de Sintra esta situação. A Câmara Municipal de Sintra arranjou um projeto piloto que estava a ser experimentado e que teve sucesso em duas outras freguesias, em que existia o mesmo problema e que se conseguiu resolver. Este mês estarão



em Massamá Norte a tentar apanhar os cães dessas matilhas. Tem sido um projeto elogiado por outros
concelhos, porque de facto este é um problema grave, não só para as pessoas que andam a passear os cães
mas para as pessoas ou crianças que andem a circular
A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Vogal Odete Monteiro
A Vogal Odete Monteiro (PSD) sugeriu que a Câmara Municipal de Sintra pudesse propor a algumas escolas
algumas atividades para que as próprias crianças ou jovens pudessem fazer no terreno essa limpeza
A Presidente da Mesa da Assembleia passou à leitura e votação da ata em minuta
A ata em minuta foi aprovada por unanimidade
Assim, e não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião, cuja ata foi redigida por mim,
Tatiana Sofia Ferreira Penedo, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente da Mesa da
Assembleia que a presidiu e pelos secretários

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS

(Ana Cristina Rosado Brinco)

Ana Cristina Rosado Brinco

1ª SECRETÁRIA
Tatiana Peredo

(Tatiana Sofia Ferreira Penedo)

(Maria Helena Castro Santos)

### INDEPENDENTE

NOME	ASSINATURA
Ana Cristina Rosado Brinco	Ana Gerstina Brinco

### INDEPENDENTE

NOME	ASSINATURA
Glória Maria Almeida Albuquerque	Margregge



### PPD/PSD – Partido Social Democrata

NOME	ASSINATURA
António dos Santos Barbosa de Oliveira	
António Fernando Marques Braz	es Odele Honsevro
Carlos Alberto Santos Ereira Diogo	Mala
	4
Paulo Sérgio Caldeira Gonçalves Reis	De Contraction of the contractio



### Partido Socialista

NOME	ÁSSINATURA
Messel Freserico Soão Paulo Vitorino da Silva	Fre Perice
Maria Amélia Freire Simões de Andrade	Fadrale
Maria Helena Castro Santos	QuAs_
Paulo Miguel Antunes Borges	Jeer & S
Solaia Ameiba Pedro Miguel Pereira	Salmerds.
Pedro Ricardo Caldeira da Silva	7m
Silvério Ferreira Aires	A7
Tatiana Sofia Ferreira Penedo	Ritiana Reviedo
See Vice 2 200 Telma Martins Paixão Ribeiro Leitão	\$61 P



### Coligação Democrática Unitária PCP/PEV

NOME	ASSINATURA
Helena Isabel Ribeiro Freitas	Ko
José Filipe do Rosário Borregana	Borregaus
Mafalda Gomes da Costa dos Santos Dias	QQQ65 2005



## Bloco de Esquerda

NOME	ASSINATURA
	$\bigcap$ /
Jorge dos Santos José	Hall
Marisa Andreia de Almeida Laneiro	Conderio



# CDS-PP – Centro Democrático Social Partido Popular

NOME	ASSINATURA
Vera Cristina Mendes da Fonseca Pinto	Ven Pinto



CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



# **MOÇÃO Transferência de competências**

1. A Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013) alterada pela Lei nº 51/2018 e a Lei da transferência de competências para as autarquias, Lei nº 50/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou:

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;
- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;
- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;
- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adoptadas na Lei.

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.

2. A lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada sector (educação, saúde, cultura, freguesias e outras) resultará de Decreto-Lei a aprovar pelo

Conselho de Ministros – ou seja, um verdadeiro "cheque em branco" ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República.

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL.

A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências.

3. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) conduzem a que, responsavelmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se não devam assumir, a partir de 1 de Janeiro de 2019, as novas competências.

A Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas reunida a 26 de Setembro de 2018 delibera:

- 1. Não aceitar a transferência de competências da Administração Central em 2019, nos termos do artigo 4º nº2 a) da Lei nº 50/2018.
- 2. Comunicar à DGAL nos termos do artigo 4ª nº2 a) da Lei nº 50/2018 a presente deliberação.

Os eleitos da CDU